



2.5 • As Forças Armadas dos PALOP

Sociedades militarizadas?

O CONCEITO DE MILITARIZAÇÃO inclui seguramente diversos significados, pelo que deve ser usado com alguma cautela. Pode distinguir-se da ideia de militarismo ao qual se associa um certo estilo de mentalidade e de prática colectiva onde prevalece a disciplina severa e o espírito guerreiro e assim se podem qualificar de militaristas a Esparta da Grécia antiga ou a Prússia do século XIX. Mas quando aqui falamos de militarização abrangemos neste conceito uma série de factores, como sejam o peso desproporcionado das forças armadas no conjunto de determinada sociedade, ou o incremento do comércio de armas, porventura com crescente sofisticação do armamento, ou a excessiva percentagem dos orçamentos das forças armadas nas despesas dos Estados, ou a interferência da casta militar em matérias que extravasam a sua competência e assim por diante. Mas em última análise, o significado do termo aponta para o processo que faz da força das armas o mais importante factor de sustentação dos poderes políticos.

Os países africanos não estão isentos do vírus da militarização. Em muitos deles prevalecem instituições frágeis e a legitimidade dos centros de decisão não está consolidada – daí a importância do poderio militar, como corpo organizado e dotado de meios de força, para compensar a fragilidade do Estado “moderno”. Mesmo os países mais “subdesenvolvidos” não deixam de estar integrados naquilo a que o sociólogo inglês Anthony Giddens chama “ordem militar mundial”: a actual globalização consistiria no conjunto de quatro “ordens”, ou subsistemas, a saber: a ordem política dos Estados, a ordem da economia inter-

nacional, a ordem cultural globalizada e a ordem militar mundial (Giddens: 1992, 54-58). Nesta última subsistem vínculos de cumplicidade de castas, de jogos transversais às fronteiras e de solidariedades internacionalizadas, onde se cruzam os interesses dos poderes estatais e das indústrias armamentistas.

É neste contexto geral que se pode situar o caso dos países africanos de língua oficial portuguesa. Provavelmente neles ainda predomina uma relativa tendência para a militarização, embora esta afirmação necessite de ser corrigida a dois títulos: por um lado, cada país é um caso, desaconselhando fáceis generalizações; por outro, as situações são evolutivas, impedindo análises intemporais.

A luta armada no código genético

Se exceptuarmos em certa medida os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, os exércitos daqueles países têm uma matriz que remonta às origens da luta armada de libertação. Não foi assim naquelas sociedades onde a transição do período colonial para a independência se desenvolveu de forma pacífica e negociada: nesses casos, o exército nacional tende a reproduzir e prolongar a estrutura do exército colonial, prevalecendo o princípio da continuidade. Pelo contrário, onde a conquista da independência percorreu o caminho da guerrilha, predominam os factores de rotura em relação ao passado colonial. De algum modo, o código genético do poder político resultante da independência tem a marca da violência armada.

Tanto mais quanto a descolonização portuguesa consagrou o critério da luta armada como fonte de legitimidade para os novos poderes soberanos. Na Guiné-Bissau e em Moçambique, sendo únicos os movimentos de libertação, estes obtiveram sem mais a transferência de soberania; em Angola, havendo três movimentos, deveriam ser eles os únicos concorrentes ao processo eleitoral para dirimir quem governaria; nos territórios onde não tinha havido luta armada era obrigatória a via eleitoral.

Convém recordar que a opção pela luta armada não foi a primeira escolha dos movimentos de libertação. Tanto o PAIGC como a FRELIMO e o MPLA iniciaram o combate nacionalista sob a forma de luta política, aliás essencialmente urbana. Em cada uma dessas antigas colónias há, porém, uma espécie de momento fundador, ou um acontecimento simbólico, que assinala a transição da luta política para a luta armada, levando à mudança de terreno da cidade para a mata. Sem prejuízo de sabermos que diferentes versões descrevem os contornos desses eventos, a verdade é que no imaginário dos movimentos de libertação estão bem identificados esses momentos

simbólicos: na Guiné-Bissau, o massacre de Pidjiguiti (9 Agosto de 1959), em Moçambique, o massacre de Mueda (16 de Junho de 1960), em Angola, o massacre da Baixa do Cassange (4 de Janeiro de 1961). Estes actos violentos da repressão colonial estariam na origem da contra-violência da luta armada de libertação. Ao fazerem essa opção, as forças nacionalistas estariam inspiradas nos exemplos então retumbantes de revoltas vitoriosas: a revolução chinesa em 1949, a expulsão francesa da Indochina em 1954, a revolução cubana em 1959, mais tarde a independência da Argélia em 1962. As chamadas guerras populares prolongadas somavam êxitos.

Uma violência reduzida

Nas ex-colónias portuguesas o combate pela independência durou mais de uma década, mas a prática da violência perdurou para depois disso: Angola teve guerra civil entre 1975 e 2002, Moçambique entre 1976 e 1992, a Guiné-Bissau assistiu a uma sequência de golpes de Estado desde 1980 até 2012. Mesmo São Tomé e Príncipe não ficou ao abrigo dos pronunciamentos militares e só em Cabo Verde as disputas políticas foram resolvidas por soluções eleitorais.

Não admira que a militarização marque presença nessas sociedades e que subsista a tentação do recurso à violência armada como expressão de descontentamentos ou de reivindicações corporativas. Basta ver o caso de Moçambique, onde periodicamente surgem rumores de ameaças da RENAMO de novo pegar em armas, porventura pela sensação de marginalização em relação aos centros de poder ou de não ter, nos órgãos de Estado, representatividade proporcional à sua implantação social. Para já não falar do caso da Guiné-Bissau, onde a generalidade dos analistas explica a prolongada violência pela disputa dos circuitos do narcotráfico, domínio onde entram em rota de colisão os interesses do exército e da marinha.

Apesar de semelhantes riscos e desvios, deve sublinhar-se que os exércitos dos países africanos de língua oficial portuguesa estão longe de se ter degradado ao ponto a que chegaram alguns exércitos africanos. Ainda há pouco, um perito das Nações Unidas em questões de desarmamento, Anatole Ayissi, traçava um quadro negro da decomposição que afectou um certo número desses exércitos, porventura reflectindo os desequilíbrios das suas próprias sociedades. Escreve ele: “Ao lado da casta dos abastados, existem as casernas dos desfavorecidos formadas por esse outro exército, no ponto mais baixo da escala social da hierarquia militar, composto por todos esses marginalizados em uniforme, miseráveis vagabundos, no coração de uma galáxia onde os privi-

UMA REMISSÃO ÚTIL

No anuário JANUS 2010 publicou-se um capítulo sobre “Meio século de independências africanas”, onde diversos artigos tratam de temas próximos dos aqui abordados, designadamente toda a secção intitulada “Defesa e segurança”. Aí se podem ler textos bem documentados e com informação actualizada acerca de conflitos, golpes de Estado, intervenções militares estrangeiras, operações de paz, cooperação militar, etc., que podem ser consultados na internet em <http://janusonline.pt/2010/2010.html>.

Embora as análises ali expostas se reportem ao conjunto da África subsaariana, a informação abrange também os países africanos de língua oficial portuguesa, sobre os quais agora nos estamos a debruçar. Não é caso, portanto, de repetir os dados então compilados, sem prejuízo de eles necessitarem de alguma actualização, nomeadamente no que respeita aos dramáticos acontecimentos na Guiné-Bissau.

legiados ostentam escandalosamente o seu poder e a sua riqueza”. E refere casos como o da Serra Leoa onde se criou uma forma híbrida de soldado – o “solbelde” – soldado de dia e rebelde de noite, um rebelde que em boa verdade seria um gangster (Ayissi: 2013, 64).

É certo que há relatos acerca de algumas zonas de Angola onde agentes armados praticam, com frequência e alguma tolerância, a extorsão sobre os cidadãos. Mas tais actos serão mais correntes nas forças de segurança do que nas forças armadas. Seja como for, o panorama não é em absoluto comparável com o descrito por Ayissi, mesmo naqueles exércitos que resultaram da incorporação de militares regulares e de guerrilheiros ou elementos de milícias armadas, desmobilizados após acordos de paz.

“
Mesmo os países mais “subdesenvolvidos” não deixam de estar integrados naquilo a que o sociólogo inglês Anthony Giddens chama “ordem militar mundial”
”

Na história recente dos países que estamos a considerar – Angola, Guiné-Bissau, Moçambique – verificam-se acções militares de diversa índole. Os da África Austral foram objecto de missões das Nações Unidas (UNAVEM e MONUA em Angola, ONUMOZ em Moçambique) enquanto na Guiné-Bissau por mais de uma vez estiveram presentes forças estrangeiras (do ECOMOG – *Economic Community of West African States Monitoring Group*, liderado pela Nigéria, e um contingente de 200 soldados angolanos ao abrigo de um acordo com os dirigentes guineenses da altura). Por sua vez, os exércitos destes países estiveram envolvidos num pequeno número de operações militares, seja agressões vindas do exterior, seja intervenções no exterior (veja-se como exemplo a acção de militares senegaleses na Guiné-Bissau em 1998-99, ou o apoio militar angolano na transição do milénio ao novo poder na República Democrática do Congo, para já não falar de situações anteriores, como sejam as agressões sul-africanas a Moçambique e Angola, a presença de contingentes soviéticos e cubanos nos anos 1970, etc.).

Os sinais da militarização

Este quadro de actuação militar relativamente reduzida não permite iludir os sinais de tendências para a militarização. Bem sabemos que, à excepção da Guiné-Bissau, não há regime militar propriamente dito em nenhum país africano de língua portuguesa. Mais ainda, Cabo Verde está equiparado ao Senegal como sendo os dois únicos países da África Subsaariana que nunca conheceram um regime militar duradouro.

Todavia, a frágil legitimação democrática dos

EXÉRCITOS DE COMPOSIÇÃO MÚLTIPLA

As Forças Armadas dos países africanos de língua portuguesa ainda estão em fase de consolidação e de estabilização, o que não é de estranhar dado o carácter relativamente recente das independências. Tanto mais que as carreiras militares e o estabelecimento das hierarquias de comando são processos de maturação lenta, por vezes ao longo de gerações inteiras. Os problemas da formação de quadros e da adequação de equipamentos e armamentos só são cabalmente resolvidos ao fim de décadas.

A estabilização é tanto mais complexa quanto a composição da generalidade dos exércitos reflecte as vicissitudes da história dos países. Apesar do tempo decorrido, as antigas estruturas da guerrilha deixaram as suas marcas e os guerrilheiros que foram “combatentes da liberdade da Pátria” ainda ocupam certos lugares influentes. Com eles se operou a transição desses antigos “exércitos populares” para os actuais “exércitos nacionais”. Como por vezes a implantação da guerrilha, durante a luta de libertação, se inscrevia na diversidade étnica, dando lugar à predominância militar de uma ou mais etnias em detrimento de outras, nas Forças Armadas do presente ainda se podem repercutir algumas dessas diferenças, embora de modo algum se possa falar em “exércitos tribais” de balantas, mbundu ou macondes... Nos casos onde a estabilidade do país resultou de processo de pacificação entre movimentos armados, os acordos de paz levaram à incorporação no exército de forças mistas (MPLA mais UNITA em Angola, FRELIMO mais RENAMO em Moçambique), em dimensão proporcional à sua implantação respectiva. Apesar das previsíveis dificuldades de semelhante processo, a verdade é que o mesmo decorreu de forma ordenada, sem tensões problemáticas.

Na actualidade, decorridas várias décadas das lutas de libertação nacional e das guerras civis, os países africanos de língua portuguesa dispõem de exércitos regulares estabilizados (com excepção da Guiné-Bissau), não compostos de profissionais – o que seria mais dispendioso – mas formados por cidadãos recrutados ao abrigo do princípio do “serviço militar obrigatório”. Todavia, neles ainda se cruzam as várias dinâmicas acima referenciadas, resultantes da natureza das suas origens e da sua composição múltipla.

regimes instalados não dispensa o apoio dos exércitos para a sustentação do poder político, apesar da subordinação formal do poder militar às instituições civis. Muitos dos altos cargos dos Estados são ocupados por homens saídos das forças armadas, mantendo entre si redes de solidariedade.

Um dos sintomas do imprescindível papel do poder militar é a existência de “guardas presidenciais”. Habitualmente, tais “guardas” de natureza pretoriana representam a necessidade de um reforço de segurança para protecção da cúpula dirigente, pela criação de uma espécie de tropa de elite estacionada em unidades militares próprias. Sendo de composição selectiva, pode presumir-se que na sua origem esteja alguma desconfiança em relação ao conjunto dos efectivos.

Um outro sinal de tendência para a militarização dos regimes é a interpenetração dos poderes político, militar e económico. Dados os antecedentes de luta e a hipertrofia das forças armadas, a subsequente desmobilização de altas patentes militares conduz a que numerosos oficiais e ex-oficiais do exército sejam destacados para lugares de influência em empresas tanto públicas como privadas, incluindo o sector financeiro, por vezes com relevante projecção no estrangeiro. Este fenómeno é particularmente visível no caso de Angola onde dezenas de milhares de combatentes foram desmobilizados em 2002, mas também se manifesta em outros países. Assim se organiza uma teia de cumplicidades em torno da figura do “general-empresário”, permitindo a acumulação de grande fortunas e a articulação dos interesses económicos e militares, com óbvia incidência nos negócios em geral e no comércio de armas em particular.

O caso limite de militarização verifica-se quando ocorre a frequência de golpes de Estado e a conexão com a criminalidade organizada. Já vimos

que é o caso da Guiné-Bissau. Nessa situação há uma quase dissolução do centro de decisão política em favor da força das armas. À intriga palaciana soma-se o pronunciamento militar. A vingança pessoal e o assassinato político banalizam-se. As rivalidades étnicas e os interesses de *gang* misturam-se para criar divisões dramáticas nas forças armadas. A normalidade constitucional é substituída pelo estado de emergência. Quando isso acontece, o exército passa a sofrer de uma tripla contradição: em relação a si próprio, em relação ao poder político e em relação à própria sociedade que supostamente deveria servir. ■

Referências bibliográficas

- AYISSI, A. — “Ordre militaire et désordre politique en Afrique”. *Manière de voir – Le Monde Diplomatique*, l’armée dans tous ses états; Décembre 2012-Janvier 2013.
- GIDDENS, A. — *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora 1992.
- AA.VV. — «Meio século de independências africanas». In *JANUS 2010 anuário de relações exteriores*. Lisboa: Ed. Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2010.